



Recomendação

Pela Implementação de Contabilidade de Gestão

A Iniciativa Liberal defende a transparência e a boa gestão das entidades públicas como pilares essenciais de uma governação responsável. Para que estas sejam efetivas, é indispensável que existam instrumentos que permitam avaliar, com rigor, os custos e a eficiência da atividade pública.

Atualmente, não é possível apurar de forma clara os custos associados aos diferentes serviços e áreas operacionais da Junta de Freguesia de Alcântara, o que limita significativamente a capacidade de escrutínio por parte dos membros desta Assembleia.

Acresce que, nos termos da Lei n.º 53-E/2006, as taxas cobradas devem respeitar o princípio da equivalência, estando relacionadas com o custo do serviço prestado ou com o benefício auferido pelo particular. Sem informação fiável sobre os custos, não é possível aferir a proporcionalidade e, em última instância, a conformidade legal dessas taxas.

Importa ainda referir que o Decreto-Lei n.º 192/2015, que aprovou o SNC-AP, prevê a existência de contabilidade de gestão como instrumento essencial de apoio à decisão e avaliação da eficiência, nomeadamente através da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27.

Assim, reconhecendo a dificuldade na sua implementação, a Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia de Freguesia de Alcântara, reunida em sessão ordinária de 15 de Junho de 2026, recomende:

1. Que o executivo da Junta de Freguesia de Alcântara apresente a esta Assembleia, com carácter prioritário, um plano de implementação de um sistema de contabilidade de gestão, em conformidade com o SNC-AP, incluindo cronograma, metodologia e etapas concretas, com vista à sua implementação no mais curto prazo tecnicamente possível.

Os eleitos pela Iniciativa Liberal

Pedro Bugarín Natércia Peixoto